

De Norte a Sul: Oficinas Regionais do Projeto Termo Territorial Coletivo

Visitam as Cinco Regiões Brasileiras



Foto 1: Oficina Regional do Nordeste em Salvador - Ocupação Trobogy.

Fonte: Ascom/Pretas por Salvador

O ano de 2023 foi muito potente para a difusão nacional do Termo Territorial Coletivo pelo Brasil. Pela primeira vez, o Projeto TTC levou a discussão do modelo do Termo Territorial Coletivo para outros estados brasileiros de maneira mais sistematizada, com a presença da equipe em diferentes cidades em eventos especiais, que tiveram o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o modelo e dialogar com atores chave nas suas regiões. As **Oficinas Regionais do Termo Territorial Coletivo** foram eventos que assumiram diferentes formatos, mas sempre com o objetivo de debater a aplicabilidade do TTC diante dos contextos específicos de cada localidade. Elas aconteceram em 6 estados brasileiros em 2023: São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal e Bahia, abrangendo as 5 regiões do país.

A realização de oficinas regionais em outros estados foi uma demanda que surgiu a partir do Grupo de Multiplicadores do TTC, uma iniciativa espontânea de pessoas de diferentes localidades que demonstraram interesse em levar o modelo para seus territórios, atuando, assim, como multiplicadores. Nas reuniões internas do grupo, foi manifestada uma demanda de realizar eventos presenciais com a participação da equipe do Projeto TTC em diferentes cidades, como forma de fortalecer a disseminação do modelo pelo país e assessorar grupos interessados. Sendo assim, o Projeto TTC se organizou e criou a

proposta de oficinas regionais, abrangendo diferentes regiões do país. Os eventos, que assumiram diferentes naturezas—como palestras, conferências, oficinas em ocupações, cursos de capacitação e até mesmo uma audiência pública—, foram organizados em colaboração com parceiros locais atuantes no tema do direito à moradia e política urbana, em especial movimentos sociais, universidades, organizações da sociedade civil e o Poder Público.

Neste texto, fazemos um resumo das oficinas realizadas em 2023, trazendo fotos e outros materiais exclusivos de cada evento. As oficinas regionais foram uma iniciativa muito frutífera no sentido de fortalecer laços com parceiros e aprofundar o conhecimento do TTC em diferentes localidades do Brasil, refletindo sobre como o modelo pode se adaptar e ser útil em contextos distintos.

Oficina Regional do Sudeste - São Carlos (SP)

Nossa primeira Oficina Regional foi voltada para o Sudeste e aconteceu entre os dias 09 e 13/05/2023, no município de São Carlos (SP). A intitulada “[Semana de Reflexão Crítica: Termo Territorial Coletivo](#)” foi organizada entre uma parceria do Projeto TTC com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) e a [Maitá ATHIS](#).

O evento foi dividido em duas partes. A primeira delas, o seminário internacional “*Acesso à Terra e à Habitação Adequada a partir do Termo Territorial Coletivo - TTC: Na Fronteira entre Arquitetura, Urbanismo e Direito*”, foi composto por pesquisadores do TTC, profissionais da área do urbanismo e planejamento urbano e lideranças comunitárias do Brasil, Porto Rico, Bélgica e França. Eles compartilharam experiências e perspectivas sobre o modelo e suas possibilidades de implementação no Brasil.

A conferência de abertura foi realizada pela antropóloga urbana Line Algoed e teve como ponto central o [histórico de constituição dos Termos Territoriais Coletivos nos Estados Unidos](#) e o potencial do modelo em assentamentos informais. Em seguida, a equipe do Projeto TTC realizou um *workshop* com gestores públicos que teve como ponto central os desafios da regularização fundiária no Brasil, a perspectiva da segurança da posse nesses contextos e as contribuições do Termo Territorial Coletivo.

Outro momento importante desta primeira parte foi a mesa de debate “*A Experiência do TTC no Rio de Janeiro e em Porto Rico: Institucionalização e Vivências*”, que começou com a fala de lideranças comunitárias de Porto Rico, que apresentaram a experiência do [Fideicomiso de la Tierra Caño Martín Peña](#), primeiro TTC em assentamento informal da

América Latina. Em seguida, entramos no tema do cenário fundiário brasileiro e o processo de implementação do Termo Territorial Coletivo no Brasil, em que membros da equipe do Projeto TTC e lideranças comunitárias do Rio de Janeiro revisitaram o histórico da introdução do modelo na cidade e como ele se articula com as lutas locais, em especial de movimentos populares de moradia. Ao final, os palestrantes se reuniram em mesa para responder às perguntas que, em sua maioria, giraram em torno das relações do TTC e a mobilização comunitária e questões sobre a estrutura do modelo e sua aplicabilidade no Brasil.



Foto 2: Na mesa: Tarcyla Fidalgo, Jurema Constâncio, Mario Núñez e Bárbara de Jesús.

Fonte: Projeto TTC

A segunda parte da Oficina Regional foi composta pelo curso de difusão “*Formação para Implementação do Termo Territorial Coletivo - TTC: Acesso à Terra e à Habitação Adequada para Assentamentos Populares*”. Nele, as discussões passaram de uma perspectiva mais geral para uma análise mais territorial sobre a aplicabilidade do modelo TTC em São Carlos. Composto por lideranças comunitárias, assessores técnicos e acadêmicos de São Carlos e do Rio de Janeiro, o curso se aprofundou nas perspectivas de utilização do TTC na região, tendo em vista suas particularidades fundiárias e habitacionais.

As apresentações demonstraram que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é basicamente a política pública de habitação de interesse social presente na cidade, favorecendo, entretanto, as faixas de renda mais elevadas da população. Os poucos empreendimentos destinados às faixas de menor renda não conseguem suprir a elevada demanda, além de serem localizados nas periferias do município, lugares com dificuldade

de acesso à infraestrutura urbana e serviços, além de ter o solo muitas vezes inadequado às construções.

Logo mais, lideranças das Ocupações [Em Busca de um Sonho](#) e Em Busca de Moradia, falaram sobre suas comunidades. Ambas as ocupações estão inseridas nas áreas do loteamento do PMCMV, designadas para implementação de equipamentos públicos que nunca foram construídos. Em suas falas, foi enfatizado o poder da mobilização comunitária e da solidariedade, assim como o entendimento que suas ocupações são marcas de resistência e de luta por direitos básicos. Após esse momento, foi realizada uma dinâmica em que os presentes foram divididos em grupos e convidados a pensar sobre três pontos: as qualidades e potenciais das ocupações, os problemas e ameaças, e as razões para querer ou não a regularização fundiária.



Foto 3: Ocupação em Busca por Moradia, São Carlos (SP).

Fonte: Projeto TTC

Em geral as qualidades apontadas giraram em torno de temas como solidariedade, cuidado, empatia e união; os problemas e ameaças em torno da segurança, remoção e infraestrutura; as razões para querer o título em torno na segurança da posse e acesso a equipamentos públicos; e as razões para não querer o título giram em torno de um possível processo de gentrificação. Após esse momento, entramos no tema do Termo Territorial Coletivo, apresentando seu histórico, suas características fundantes, sua estrutura, seus potenciais no fortalecimento das qualidades apontadas pelos participantes, seus mecanismos para mitigar os problemas e ameaças trazidos e sua relação com a regularização fundiária. Na sala, por estarem presentes técnicos da prefeitura e moradores

de ocupações, a conversa conseguiu atingir ambos os públicos, demonstrando também o potencial do TTC em dialogar com as necessidades de diversos agentes. Ao final, foi realizada uma nova dinâmica em que os presentes escreveram os potenciais e desafios para implementação do Termo Territorial Coletivo em São Carlos.

O final dessa semana movimentada uniu os palestrantes e participantes em visitas de campo nas ocupações. Elas estão localizadas em terrenos com solo inadequado para construções, sem sistema de esgoto ou asfaltamento, além de infraestrutura de luz e água improvisada. Entretanto, para além dos problemas, ambas as comunidades têm um forte senso de coletividade e solidariedade. Observou-se, por exemplo, que a ocupação em Busca por Moradia demonstra um cuidado especial com as crianças e os animais e a Ocupação em Busca de um Sonho dá uma atenção particular às demandas alimentares, possuindo inclusive uma cozinha solidária que atende não só os moradores, mas qualquer interessado.

Neste momento, tivemos uma oficina que começou com alguns moradores contando a história do início da ocupação, muito relacionada ao aumento do déficit habitacional e do desemprego no período da pandemia. Tivemos falas inspiradoras sobre mobilização e união e houve uma troca de saberes entre lideranças comunitárias de São Carlos e Rio de Janeiro. Ao final, o Projeto TTC apresentou o Termo Territorial Coletivo como uma possibilidade de modelo de gestão que fortalece a luta dos moradores, com princípios muito semelhantes aos que a comunidade já pratica em sua gestão coletiva. Essa atividade marcou o fim da Oficina Regional do TTC - Sudeste.



Foto 4: Oficina na Ocupação em Busca por Moradia.

Fonte: Maitá ATHIS

Oficina Regional do Norte - Belém (PA)

Ainda no mês de maio de 2023, o Projeto TTC realizou a Oficina Regional do Norte, na capital do estado do Pará, a cidade de Belém. O evento foi organizado em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM-PA e o Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Pará - NUDEMOR, e foi sediado no Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia, no dia 27/05/2023. O objetivo central da oficina foi debater a questão habitacional e urbana em Belém e na região Norte como um todo, apresentando com profundidade o Termo Territorial Coletivo e refletindo sobre suas potencialidades diante do contexto local.



Foto 5: Oficina Regional Norte, Belém (PA).

Fonte: Projeto TTC

Atualmente, Belém é a região que mais conta com pessoas vivendo em favelas e assentamentos informais do país, em números proporcionais. São [55,5% dos domicílios da capital situados em áreas de favelas e comunidades urbanas](#), segundo o IBGE. Trata-se da cidade brasileira em que o fenômeno da produção informal da moradia mais cresce, a quantidade de favelas e ocupações na cidade quase dobrou nos últimos 10 anos. A complexidade das formas de acesso à terra e à moradia na cidade traz desafios profundos para a garantia de direitos na cidade, em especial o direito à permanência de comunidades nos seus espaços.

O diagnóstico e debate da conjuntura local de Belém e da Região Norte como um todo foi o tema da primeira parte da Oficina Regional. Ela foi coordenada pela defensora pública Luciana Lima, coordenadora do NUDEMOR, que fez uma [apresentação bastante completa sobre a temática](#). Neste ponto, ela mostrou que o Norte é a região mais carente por moradia no país, com maior déficit habitacional proporcional. A natureza do déficit também se distingue das outras regiões: enquanto que o ônus excessivo com o aluguel é o componente principal do déficit nas demais regiões do país, no Norte o que impera é a precariedade da habitação, ou seja, moradias que não possuem atributos mínimos de

habitabilidade, como infraestrutura adequada, acesso a saneamento ou energia, proteção contra chuva ou calor excessivo, entre outros elementos.

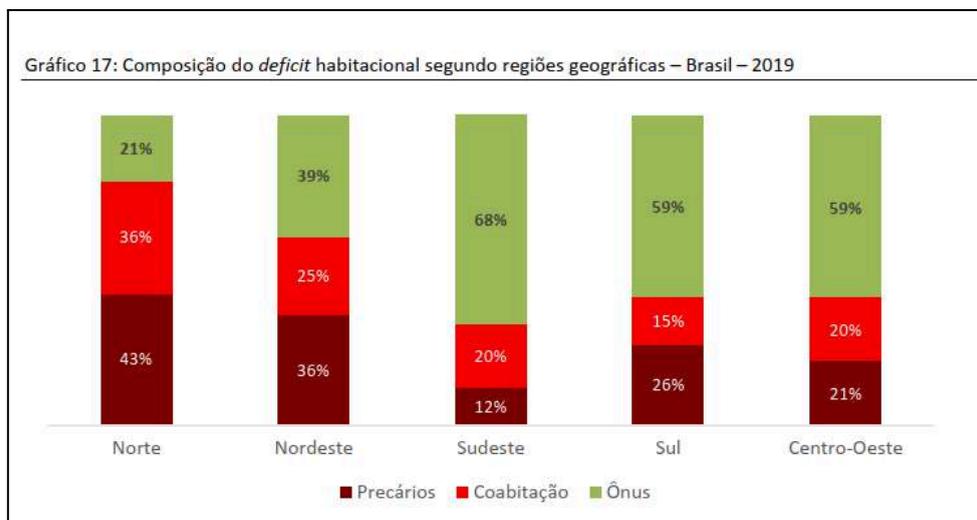


Gráfico 1: Oficina Regional Norte, Belém (PA).

Fonte: Fundação João Pinheiro

Além desta problemática, a questão dos conflitos fundiários também atravessa toda a região, em especial o Pará. O estado é recordista em homicídios por conflitos de terra no campo, disputas que envolvem posseiros, grileiros, garimpeiros, entre outros atores, e que colocam em risco uma ampla camada da população, com ameaças constantes de perder seus territórios. O fenômeno não se restringe ao meio rural, atingindo também as cidades da região. Em todo o estado do Pará, por exemplo, foram mapeados mais de 900 conflitos fundiários urbanos. Belém é a cidade que mais concentra esse tipo de conflito, são mais de 20 mil famílias ameaçadas de remoção. Segundo a defensora pública, os conflitos fundiários urbanos estão intimamente ligados com a irregularidade da terra: áreas de favelas, ocupações e outras comunidades urbanas são as mais vulneráveis às remoções.

Dessa forma, a regularização fundiária é um caminho importante para garantir segurança da posse às famílias, mas é preciso discutir de que forma essa regularização será feita, com quais instrumentos e sob quais objetivos. Ao terminar sua apresentação, Luciana mostrou que recentemente o município de Belém está empenhado em distribuir títulos de propriedade individual para ocupantes de assentamentos informais, seguindo as orientações da Lei 13.465/2017. Esta política não atende às principais preocupações dos moradores destes territórios, que são relacionadas à questão da precariedade, já que o título não vem acompanhado de melhorias territoriais; e pode acabar aumentando o risco de fomentar a especulação imobiliária nas áreas informais, motivados pelo aumento do valor da terra e prejudicando a segurança da posse das famílias. Além disso, os movimentos sociais relatam a preocupação com o aumento do individualismo nestes espaços após a

titulação, muitos dos quais foram conquistados a partir da luta coletiva e que demandam uma gestão coletiva para manter a terra sob controle comunitário. Diante deste cenário, novos instrumentos são bem-vindos para garantir segurança e desenvolvimento comunitário, tema abordado a seguir no evento.

A segunda parte da oficina foi integralmente voltada para o Termo Territorial Coletivo, apresentado e discutido à luz da reflexão sobre o contexto feita anteriormente. Esta sessão foi coordenada pela equipe do Projeto TTC, com uma [apresentação que passou pelas principais características](#) do modelo: sua origem, histórico de expansão, o caso emblemático de Porto Rico, elementos fundamentais, estrutura jurídica e, por fim, a experiência do Projeto TTC no Rio de Janeiro. Neste momento, buscamos traçar um panorama completo sobre o modelo, de forma a compartilhar conhecimento com os participantes e plantar sementes sobre suas potencialidades.

A exposição suscitou interesse e muitas dúvidas entre os presentes. Integrantes de movimentos sociais compartilharam que o Termo Territorial Coletivo atende a algumas de suas preocupações, em especial a manutenção de uma lógica coletiva em ocupações após a regularização da terra. No entanto, quiseram saber como o TTC lida com a ideologia proprietária e individualista presente no país e que afeta bastante moradores de ocupações. Um questionamento feito foi sobre o diálogo com o Estado, de que forma o TTC pode fortalecer comunidades a reivindicar melhorias territoriais perante as autoridades. Diversas outras dúvidas surgiram, que foram respondidas pela equipe do Projeto TTC e dialogadas com as entidades presentes. No final, pedimos aos participantes que expusessem suas opiniões sobre quais os maiores potenciais e desafios do TTC no Pará, exercício que resultou no quadro a seguir:

Potencial do TTC no Pará	Desafios do TTC no Pará
<ul style="list-style-type: none"> - TTC pode ser previsto nos planos diretores, facilitando sua aplicação; - Utilização em comunidades do MCMV; - Trazer mais diversidade para as formas de relação com a terra; - TTC pode ser alternativa para a regularização fundiária; - Garantia do direito à terra para toda a comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Questão da valorização dos imóveis: como convencer o morador de abrir mão da valorização do seu imóvel? - Pouca divulgação, as pessoas não conhecem; - Resistência de grandes especuladores de terras; - Individualismo; - É preciso uma mudança de paradigma para as pessoas aceitarem o TTC.

A Oficina Regional do Norte cumpriu seus objetivos de apresentar e fomentar a discussão do Termo Territorial Coletivo no Pará. Participaram movimentos sociais como o MNLM e o MST, grupos comunitários como Movimento do Comitê da Bacia do Mata Fome e o Movimento Cortunduba e órgãos públicos como a defensoria. O principal encaminhamento tirado foi a criação de um grupo de trabalho permanente para dar continuidade ao debate do TTC, com participação de diversas entidades como movimentos sociais, defensoria pública e lideranças comunitárias. Também foi demonstrado um interesse em incluir o Termo Territorial Coletivo nos processos de revisão de planos diretores dos municípios do estado, em especial os que compõem a região metropolitana de Belém.



Foto 6: Oficina Regional Norte, Belém (PA).

Fonte: Projeto TTC

Oficina Regional do Sul - Porto Alegre (RS), Garopaba e Florianópolis (SC)

No final de agosto, ocorreu a terceira Oficina Regional do TTC, voltada para a região Sul. Entre as oficinas, foi a que contou com mais atividades, com ações em dois estados da região: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foram realizados diversos eventos, como palestras, um seminário, curso de capacitação e oficina comunitária, co-organizadas em parceria com o Instituto Agave, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Acesso, Observatório das Metrôpoles e a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina.

Porto Alegre foi a primeira parada da equipe do Projeto TTC no âmbito da Oficina Regional do Sul. No dia 29/08, foi realizado o seminário “*Novos Caminhos para a Regularização Fundiária Urbana: Autogestão, Protagonismo Comunitário e Moradia Acessível a partir do*

Termo Territorial Coletivo” na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O evento contou com a participação de estudantes, militantes de movimentos sociais, pesquisadores, representantes de organizações da sociedade civil e membros de órgãos públicos. Ele foi divulgado pelas organizações parceiras, em especial o Observatório das Metrôpoles, que chegou a publicar uma [matéria no Brasil de Fato](#) sobre o evento.



Foto 7: Oficina Regional Sul - Porto Alegre/RS

Fonte: Projeto TTC

A primeira parte do seminário contou com uma mesa ampla, com representantes das organizações parceiras que apoiaram o evento. As falas abordaram a questão habitacional e urbana em Porto Alegre, refletindo sobre seus principais desafios e urgências, bem como compartilhando a atuação e demandas das entidades presentes. Os representantes ressaltaram o processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, que estava em curso no período do seminário. A cidade estava em foco no debate público, mas a população obteve pouco espaço para defender seus interesses, com um predomínio do setor imobiliário na elaboração da nova política urbana. Segundo os palestrantes, a [cidade de Porto Alegre vem sendo regida segundo uma lógica empresarial](#), na qual privilegia-se o potencial especulativo sobre o solo urbano, em detrimento da garantia de habitação de interesse social para famílias de baixa renda.

A segunda parte do evento concentrou-se no Termo Territorial Coletivo, a partir de uma [apresentação](#) feita pela equipe do Projeto TTC. O modelo foi apresentado e seus principais elementos foram aprofundados, momento seguido por um debate com o público presente. Boa parte das perguntas giraram em torno da aplicação prática do modelo, como tornar o TTC uma realidade em uma cidade como Porto Alegre, onde os interesses de mercado são privilegiados na política urbana. No total, 40 pessoas participaram do seminário.

No segundo dia da Oficina Regional Sul, 30/08/2023, o Projeto TTC realizou uma roda de conversa no [Assentamento 20 de Novembro](#), situado em um edifício abandonado que foi ocupado por famílias de baixa renda em busca de moradia, organizadas através do MNLM. A conversa começou por uma roda de apresentação entre os presentes, que compartilharam suas histórias na luta pela moradia. A partir deste gancho, falou-se sobre a problemática da habitação no Brasil e sobre os dilemas da regularização fundiária, fazendo uma dinâmica com os presentes sobre os motivos para querer o título x motivos para não querer. A ideia era fomentar uma reflexão crítica sobre a regularização, seu potencial e ameaças.

A roda foi uma oportunidade de conversar sobre o direito à moradia, a regularização fundiária e os riscos da especulação imobiliária e remoção para as comunidades, bem como os potenciais e desafios do Termo Territorial Coletivo. No final, as perguntas dos participantes foram respondidas e tivemos uma conversa sobre como o TTC se aplicaria no contexto do Assentamento 20 de Novembro. A maior questão foi sobre como implementar o modelo, quais são os passos necessários para isso.



Foto 8: Oficina Regional Sul, Ocupação 20 de Novembro, Porto Alegre/RS

Fonte: Projeto TTC

Depois de Porto Alegre, o Projeto TTC se dirigiu para Garopaba (SC) para dar seguimento às atividades da Oficina Regional Sul. No dia 31/08, foi realizada a palestra "*Termo Territorial Coletivo: Novos Rumos para a Regularização Fundiária e o Planejamento Urbano de Assentamentos Informais*". O evento aconteceu no [Instituto Federal de Santa Catarina](#) - IFSC, e foi organizado com a parceria do curso de Gestão Ambiental do Instituto. Participaram alunos, professores, moradores locais e um grupo de pessoas em busca de

moradia nos municípios. Foi feita uma apresentação ampla sobre o Termo Territorial Coletivo, articulando o modelo com alguns dos problemas enfrentados localmente, em especial o aumento do custo de vida e a valorização imobiliária. Além disso, houve um momento para a fala de um representante de uma organização local - Atelier do Agave.



Foto 9: Oficina Regional Sul - Garopaba/SC

Fonte: Projeto TTC

Logo no dia seguinte, o Projeto TTC realizou uma aula de capacitação na construção de TTCs, voltada para grupos que buscavam alternativas habitacionais no município. O encontro focou em apresentar e debater as etapas necessárias para implementação do TTC, entraves jurídicos, busca por financiamento, entre outros assuntos.

Por fim, Florianópolis foi a última cidade a receber atividades da Oficina Regional do Sul. Lá, aconteceu uma palestra sobre o Termo Territorial Coletivo na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, fazendo parte da semana de arquitetura. A palestra foi intitulada: *Termo Territorial Coletivo: Novos Rumos para a Regularização Fundiária e o Planejamento Urbano de Assentamentos Informais*, e teve como objetivo refletir sobre os limites da regularização fundiária e novas alternativas para garantir segurança da posse em favelas e assentamentos informais. Participaram professores e estudantes, e foi demonstrado um interesse em usar o TTC em projetos de extensão universitária, para trabalhar com comunidades de baixa renda na cidade.



Foto 10: Oficina Regional Sul - Florianópolis/SC

Fonte: Projeto TTC

A Oficina Regional do TTC - Sul foi uma oportunidade inédita de trazer o debate do Termo Territorial Coletivo com profundidade para a Região Sul do país. Com eventos em 3 cidades e 2 estados, foi a oficina mais abrangente e que dialogou com o maior número de pessoas. Após os diferentes debates realizados, vimos como a região Sul, apesar de contar com um índice de desenvolvimento elevado em relação a outras partes do país, ainda sofre com diversas carências no que diz respeito à questão habitacional, que se manifestam pela falta de acesso à moradia adequada por famílias de baixa renda e processos de especulação imobiliária bastante severos que atingem todas as cidades visitadas.

Oficina Regional do Centro-Oeste - Brasília (DF)

No mês de novembro de 2023, a equipe do Projeto TTC realizou a Oficina Regional do Centro-Oeste na cidade de Brasília, Distrito Federal. A atividade foi realizada no auditório da faculdade de Arquitetura da Universidade Nacional de Brasília - UnB, com o apoio do coletivo Periféricos e do [Instituto de Arquitetos do Brasil](#).



Foto 11: Oficina Regional Centro-Oeste, Brasília (DF).

Fonte: Projeto TTC

A ação reuniu estudantes, professores universitários, profissionais da arquitetura, lideranças e moradores de assentamentos informais atendidos por projetos de extensão da universidade. O contexto local foi apresentado pela arquiteta Clarissa Saporì, que produziu uma [dissertação de mestrado sobre os potenciais do modelo do TTC no Distrito Federal](#). Sua fala foi seguida de uma troca com os presentes sobre os desafios do direito à moradia na região. Logo após, se realizou uma apresentação ampla sobre o modelo do Termo Territorial Coletivo e um debate com todos os presentes sobre seus limites e potencialidades em Brasília.

Após a oficina, muitas lideranças e moradores se mostraram confiantes de que o TTC seria uma alternativa importante para suas lutas, individuais e coletivas, pela moradia no Distrito Federal. Toda essa confiança levou à articulação de uma reunião com a empresa pública gestora das terras do Distrito Federal - TERRACAP - para apresentação e debate do TTC como alternativa para o desenvolvimento de um modelo de regularização fundiária que, de fato, garanta a segurança da posse e o desenvolvimento comunitário protagonizado pelos moradores.



Foto 12: Oficina Regional Centro-Oeste, Brasília (DF).

Fonte: Projeto TTC

Oficina Regional do Nordeste - Salvador (BA)

A última Oficina Regional do ano foi a do Nordeste e aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro, em Salvador (BA). Idealizada pelo Projeto TTC em parceria com o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN), a Mandata Coletiva Pretas por Salvador e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), as atividades se dividiram na realização de uma [Audiência Pública na Câmara Municipal de Salvador](#) e uma oficina na Ocupação Trobogy Mocambo.

Numa sala com mais de 70 pessoas desde moradores de comunidades, integrantes de movimentos sociais pelo direito à moradia e acadêmicos, a Audiência Pública começou com uma [apresentação](#) do Projeto TTC sobre o Termo Territorial Coletivo, seu histórico, suas experiências ao redor do mundo, sua relação com a luta por moradia no Brasil e a experiência de implementação do TTC no Rio de Janeiro. A apresentação foi seguida de diversas manifestações da mesa que reforçaram as potencialidades do TTC e a importante histórica das lutas das comunidades brasileiras, enfatizando o protagonismo dos negros nas disputas pelo direito à moradia.



Foto 13: Oficina Regional Nordeste, Salvador (BA).
Fonte: Câmara Municipal por Antonio Queirós

No segundo dia foi a vez de realizar uma oficina na Ocupação Trobogy Mocambo, um conjunto de edifícios ocupados por famílias de baixa renda, organizados por meio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Com a presença de moradores, ativistas de movimentos populares de luta por moradia e aliados técnicos da comunidade, a oficina começou com uma reflexão sobre o território, destacando qualidades e desafios. Depois foi hora de escrever os sonhos e em seguida a equipe do Projeto TTC apresentou o Termo Territorial Coletivo fazendo referência às potencialidades que os moradores viam em sua comunidade com as qualidades do TTC e como os desafios enfrentados poderiam ser mitigados a partir do modelo.

Depois de um delicioso almoço foi hora de realizar um exercício coletivo de refletir sobre a possibilidade do Termo Territorial Coletivo na ocupação. Cada um pode falar sobre suas perspectivas e o cenário foi animador resultando inclusive em uma grupo com propósito de pensar e realizar atividades de sensibilização dos moradores a respeito do TTC.



Foto 14: Oficina Regional Nordeste, Salvador (BA).
Fonte: Projeto TTC

CONCLUSÃO

As Oficinas Regionais do Termo Territorial Coletivo foram uma oportunidade inédita de apresentar, debater e aprofundar conhecimento sobre o modelo TTC em todo o Brasil. As atividades fizeram parte da frente de Difusão do Projeto TTC, dedicada a apresentar e difundir o modelo para além da fronteira do Rio de Janeiro, alcançando novos atores e fortalecendo sua presença no debate público nacional.

Os impactos da experiência foram diversos. Conseguimos fortalecer a parceria com atores locais, como movimentos sociais, universidades e organizações da sociedade; difundir o Termo Territorial Coletivo para novos públicos, estimulando grupos potencialmente interessados em trabalhar com o modelo; articular o TTC com um debate mais amplo sobre moradia, autogestão e direito à cidade; conhecer realidades urbanas distintas e como os desafios habitacionais são manifestados em diferentes contextos e fomentar o reconhecimento do TTC enquanto modelo potente para atender às demandas locais das diferentes regiões do Brasil.

Contato:

Site: <https://www.termoterritorialcoletivo.org/>

E-mail: ttc@comcat.org

WhatsApp: +55 21 99835-0613